

Uma análise dos fluxos de migrantes internacionais e de suas remessas financeiras entre 1990 e 2009

Nathália Silveira Guimarães¹

Eduardo Gonçalves²

Diego da Silva Rodrigues³

Introdução

Nas últimas décadas, os movimentos populacionais alcançaram grandes dimensões, devido, principalmente, ao processo de globalização, que facilitou a mobilidade das pessoas entre diversos países e promoveu uma maior integração econômica mundial. (CASTLES, 2000) Esse aumento dos fluxos migratórios colocou em destaque e em discussão as causas e os efeitos políticos, sociais e econômicos desse fenômeno, assim como o relacionamento entre países de destino e de origem envolvidos no processo, e a relação desses fluxos com o desenvolvimento econômico. (FIGUEIREDO, 2005)

1 Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: nathalia.rezende88@yahoo.com.br.

2 Professor adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pesquisador do CNPq. E-mail: eduardo.goncalves@ufjf.edu.br.

3 Doutorando em Economia pela Universidade de Kent (Inglaterra). E-mail: diego_da_silva_rodrigues@yahoo.com.br.

As remessas dos migrantes podem ter significativos efeitos macroeconômicos e microeconômicos. Do ponto de vista macroeconômico, consistem na mais previsível e mais estável fonte de financiamento para um grande número de países, principalmente para os países em desenvolvimento, conferindo proteção contra choques econômicos, políticos e ambientais adversos e influenciando sobre questões de desigualdade social (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, 2009; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT, 2004), mesmo se comparadas a outros fluxos de capital, tais como o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. Do ponto de vista microeconômico, Rapoport e Docquier (2005) ressaltam que as remessas têm implicações de longo prazo significativas sobre as decisões das famílias em relação a trabalho, consumo, investimento, educação, entre outros.

O presente trabalho, mediante uma análise exploratória, busca abordar a dimensão, o direcionamento e apontar possíveis consequências dos fluxos de remessas para os países em desenvolvimento no período de 1990 a 2009. Algumas questões norteiam o estudo, como: quais são os países em desenvolvimento que mais recebem remessas? De que forma as crises econômicas ocorridas durante esse período influenciaram os fluxos de remessas? Os países em desenvolvimento que mais enviam migrantes são os que mais recebem remessas?

Para responder tais questões, será feita uma análise desses fluxos, utilizando-se dados sobre migrações internacionais e remessas do Banco Mundial e do balanço de pagamentos dos países, publicadas anualmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O artigo apresenta-se organizado em mais seis seções, além dessa introdução. A segunda seção revisa a literatura de migrações internacionais. A terceira seção trata de questões relacionadas a causas e efeitos de remessas internacionais. A quarta seção lida com questões metodológicas e de banco de dados. A quinta seção constrói um panorama das remessas para os países em desenvolvimento durante o período analisado. A sexta seção aborda a relação entre remessas recebidas e número de emigrantes. Por fim a conclusão, destacando os principais pontos do trabalho e sugere trabalhos futuros.

Migrações internacionais: teorias, causas e consequências

Recentemente, o aumento da intensidade dos fluxos migratórios colocou em evidência o relacionamento entre os países de origem e de destino envolvidos no processo, assim como os impactos econômicos,

políticos e sociais decorrentes desses fluxos e sua relação com o desenvolvimento econômico.

Ao longo do tempo, os fluxos populacionais sempre existiram como uma resposta imediata ao crescimento demográfico, às alterações climáticas e às necessidades econômicas. O trabalho pioneiro foi de Ravenstein (1889). Neste trabalho, o autor apresenta diversas leis estatísticas da migração, deduzidas a partir de um estudo empírico efetuado, citando a tendência para a migração de indivíduos oriundos de zonas altamente povoadas para outras com menor concentração populacional, de regiões mais pobres para outras mais desenvolvidas, assim como a relação entre fluxos migratórios e as flutuações econômicas existentes, além de demonstrar que a maioria dos migrantes se desloca para regiões mais próximas e que as mulheres tendem a migrar mais que os homens.

O estudo da migração pode ser tratado, principalmente, através de duas abordagens, a microeconômica e a macroeconômica. A abordagem microeconômica das migrações pode ser representada pela escola Neoclássica, pela teoria *push-pull* e pela teoria do capital humano. Já a abordagem macroeconômica é principalmente representada pelo mercado de trabalho dual e pelas teorias estruturais do capitalismo.

Segundo os neoclássicos, uma das principais determinantes das migrações são as diferenças nos níveis de bem-estar social, emprego e rendimento nas diferentes áreas. A decisão de migrar deve ser tomada individualmente e de forma a maximizar seu bem-estar e sua utilidade individual, sendo de suma importância a análise dos custos e dos benefícios inerentes ao processo migratório. Os migrantes devem levar em consideração “[...] os custos da viagem, os custos de manutenção [...], o esforço desenvolvido na aprendizagem de uma língua e cultura novas, as dificuldades experimentadas na adaptação a um novo mercado de trabalho, e os custos psicológicos de cortar laços antigos e criar outros novos.” (MASSEY et al., 1993, p. 434)

De acordo com Figueiredo (2005), levando-se em conta os custos psicológicos e monetários mencionados acima, conclui-se que, no curto prazo, os custos de migrar superam os benefícios auferidos no processo. No longo prazo, dada a melhor situação social e econômica na qual ele se encontra, o migrante espera reverter a situação, visto que os custos iniciais são amortecidos, e os ganhos começam a obter um peso maior.

Segundo a escola neoclássica, o trabalhador de um país no qual há um excesso relativo de mão de obra tem um incentivo econômico a migrar para o país em que exista uma escassez relativa de mão de obra, geradora de salários superiores. Esse progressivo movimento de indivíduos tende a provocar, no longo prazo, a igualdade dos salários nessas regiões, na

medida em que atenua o excesso de mão de obra no país de origem e preenche a escassez de mão de obra na economia de acolhimento. Além disso, quanto maior for esse diferencial de salários, maior será a dimensão dos fluxos migratórios.

As ideias neoclássicas apresentadas são também chamadas de teorias *push-pull*. Segundo Castles e Miller (2003), essas teorias explicam as causas dos movimentos migratórios como uma combinação de fatores que empurram os indivíduos para fora das suas regiões de origem, tais como baixos padrões de vida e falta de oportunidades econômicas, e de fatores que atraem esses indivíduos, representados por um conjunto de vantagens oferecidas pelos países de destino, oferecendo melhores oportunidades econômicas, liberdade política, entre outros.

A teoria do capital humano, desenvolvida por Sjaastad (1962), considera as migrações como uma forma de investimento do migrante em capital humano, na qual a migração é uma decisão feita com base no cálculo dos benefícios e dos custos inerentes ao processo. Assim, os indivíduos procuram maximizar o período de tempo de usufruto do retorno desse investimento. Desse fato, conclui-se que os jovens têm maior incentivo a migrar, pois tendem a usufruir os benefícios desse investimento por mais tempo.

Ainda sob a ótica da teoria do capital humano, Borjas (1994) analisa a seletividade dos migrantes e afirma que estes são mais facilmente escolhidos, ou seja, “[...] inseridos no mercado de trabalho e na sociedade [...]”, se eles dispõem de qualificações acima da média. Chiswick (2000) defende que um nível superior de qualificações ou de investimento em capital humano confere aos migrantes uma maior capacidade de adaptação, inserção e de contribuição para a sociedade de acolhimento.

Sobre esse fato, Castles e Miller (2003) referem-se à existência do fenômeno da fuga de cérebros, também conhecida como *brain drain*, nos países de origem. A fuga de cérebros é identificada como “[...] transferência internacional de recursos sob a forma de capital humano, isto é, a migração de indivíduos com qualificações relativamente elevadas dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos”. (BEINE; DOCQUIER; RAPOPORT, 2003, p. 2)

De acordo com Piore (1979), a teoria do mercado de trabalho dual propõe que o mercado de trabalho está organizado em torno de dois segmentos: o mercado primário e o mercado secundário. Vários autores defendem a ideia de que os migrantes se localizam no segmento secundário do mercado de trabalho, na medida em que, na maioria das vezes, não têm as qualificações exigidas pelo país de destino, que lhes permitam o acesso ao mercado primário, apresentando, dessa forma, poucas oportunidades de mobilidade social e profissional. Já o mercado primário é, principalmente, ocupado pela população local da sociedade do país de acolhimento.

Desse fato, pode-se concluir que, na medida em que a população local e os migrantes não ocupam o mesmo segmento no mercado de trabalho, eles não se apresentam como concorrentes diretos por empregos. Porém, pode haver divergências quanto a esse fato. Piore (1979) propõe que o trabalho dos migrantes pode ser complementar àquele dos trabalhadores locais, na medida em que ocupam empregos distintos, mas sugere também que migrantes e locais concorrem entre si, na medida em que, caso não houvesse imigrantes no mercado de trabalho do país de destino, o desemprego apresentado pelas populações locais diminuiria.

Nesse ponto, observa-se uma divergência das ideias neoclássicas de que os salários tendem a igualar-se no longo prazo com os movimentos migratórios, já que, como concluído por Massey e colaboradores (1993), os salários no país de acolhimento podem manter-se inalterados com a entrada de imigrantes por ocuparem segmentos distintos no mercado de trabalho.

As teorias estruturais do capitalismo opõem-se à visão neoclássica de que os fluxos migratórios podem ser consideradas como uma análise individualista. Nesse sentido, os autores analisam os movimentos populacionais, assim como as transformações causadas pelos mesmos, ressaltando as desigualdades na distribuição dos rendimentos e as disparidades na regulação econômica e política em nível mundial. (FIGUEIREDO, 2005)

Os motivos que justificam a migração populacional são, em sua maioria, de ordem econômica. No entanto, no contexto atual, verificam-se novos padrões migratórios, com novos fatores determinantes dos movimentos, sendo importante considerar também os fatores de origem não econômica. (LISBOA, 2008)

A principal causa da migração são os diferenciais de salários entre localidades diferentes, sendo essa busca por melhores oportunidades econômicas a principal motivação para migrar. (BORJAS, 1994) Além da diferença de salários, muitos migrantes são impulsionados por fatores como melhores perspectivas para seus filhos, melhoria da segurança e um ambiente de trabalho mais agradável.

Embora os fatores determinantes da migração tenham, predominantemente, características econômicas, os fatores de ordem subjetiva não podem ser ignorados. Tratam-se dos aspectos relacionados às questões culturais, familiares, psicológicas, pessoais, religiosas etc. e que normalmente, por apresentarem maior dificuldade de mensuração, são muitas vezes negligenciadas.

Outros fatores também induzem a migração, tais como: a busca por melhorias nos níveis de educação, insatisfação no local de residência e atração exercida pelo local de destino, falta de emprego no lugar de origem, casamento, desejo de reunir-se a parentes que já residem no local de destino e busca por melhores serviços de bem-estar social.

Quanto aos fatores que influenciam o fluxo migratório, pode-se destacar: a distância entre os países de origem e os de acolhimento, o custo do processo de migrar, a condição financeira do migrante, assim como seu nível de qualificação, os aspectos culturais e religiosos dos países de acolhimento (se são mais parecidos ou mais distantes dos padrões culturais e religiosos dos países de origem), as políticas de restrições das fronteiras internacionais, o nível de desenvolvimento dos países de origem, entre outros.

Quanto maior for o custo do movimento migratório, menor será o número de indivíduos aptos a migrar. (BORJAS, 1994) De acordo com *Human Development Report* – Organização das Nações Unidas – ONU (2009), a maior despesa com movimentos internacionais vem não só dos custos de transporte, mas também das políticas de restrições nas fronteiras internacionais, que podem ser superadas somente por aqueles que têm recursos suficientes, que possuem qualificações atrativas para o país de acolhimento ou que estão dispostos a correr riscos muito altos em busca de novos padrões de vida.

A distância entre os países de origem e de acolhimento também é um fator importante de influência no processo migratório. Quase metade dos migrantes internacionais move-se dentro da sua região de origem e cerca de 40% move-se para um país vizinho. A proximidade entre os países de origem e destino, no entanto, não é apenas geográfica: quase 6 de 10 migrantes movem-se para um país onde a religião predominante é a mesma que a de seu país de nascimento, e 4 de 10 migrantes a um país onde a língua dominante é a mesma. (ONU, 2009)

Apesar de as pessoas que saem dos países pobres terem mais a ganhar com a mudança, elas são os que menos emigram, por não possuírem recursos suficientes para custear tal processo. De acordo com Figueiredo (2005), as taxas de emigração são mais baixas nos países ricos e pobres do que nos países com níveis moderados de desenvolvimento. Isso pode ser explicado com base no conceito de *migration hump* (surto migratório). A intensidade da emigração tende a ser inferior nos países de baixo grau de desenvolvimento porque nesses países os sistemas educacionais, sociais e econômicos são precários e, dessa forma, os indivíduos são muito pobres para emigrar. Os países com níveis médios de desenvolvimento, apesar de possuírem melhores condições de vida, ainda possuem sistemas muito defasados e poucas oportunidades econômicas para seus indivíduos, o que faz com que eles procurem melhores condições de vida em outros lugares. No entanto, as populações desses países já possuem recursos suficientes para participarem do processo migratório. Já nos países mais desenvolvidos, têm-se o rendimento necessário e sistemas sociais, educacionais e econômicos bons o suficiente para gerarem padrões de vida aceitáveis para sua população, o que desestimula a emigração. (FIGUEIREDO, 2005)

Outro fator importante que exerce influência sobre o fluxo migratório é o nível de qualificação dos migrantes. Indivíduos com altos níveis de qualificação têm mais facilidade para migrar, na medida em que suas qualidades podem funcionar como um atrativo para os países de acolhimento, e eles são mais propensos a serem aceitos nos mercados de trabalho internacionais. (BORJAS, 1994) Isso pode ser comprovado pelo fato de que, nas últimas décadas, os países desenvolvidos têm procurado atrair migrantes mais qualificados, levando em conta as necessidades do mercado de trabalho, num processo denominado *brain hunting*.

Remessas para os países em desenvolvimento: causas e consequências

As remessas dos migrantes podem ser definidas como transferências que não envolvem retornos de compensação em valor econômico. Elas podem assumir a forma de bens e serviços, ou de valores mobiliários e produtos financeiros, e se destinam a cobrir despesas com moradia, alimentação, educação e outros efeitos de conta corrente. (FMI, 2004)

O aumento do volume das remessas efetuadas por migrantes nos últimos anos e o melhor conhecimento e mensuração desses fluxos têm sido objeto de estudos quantitativos de base macroeconômica. Isso ocorre porque tais fluxos podem contribuir para realizar os objetivos de desenvolvimento dos países de origem dos migrantes.

No passado, as remessas atraíram o interesse dos responsáveis por decisões políticas e investigadores como um argumento, entre muitos outros, para ilustrar os benefícios sociais líquidos esperados dos movimentos internacionais de trabalho. Atualmente, as remessas também são vistas como um elemento capaz de influenciar as microfinanças. (PURI; RITZEMA, 1999) Especialmente na última década, a crescente importância das remessas gerou um pequeno número de estudos destinados a explorar as suas dimensões, determinantes, usos, efeitos e as políticas públicas destinadas a influenciá-las.

Iniciativas recentes na área de remessas de trabalhadores não estão restritas apenas à análise do papel desses fluxos no processo de desenvolvimento. Elas também tentam estabelecer um quadro conceitual e fornecer orientações sobre o recolhimento de informações estatísticas relevantes. (ONU, 2005)

As remessas são fundamentais para vários países em desenvolvimento, como China, Índia e México, na medida em que são, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2004), a segunda fonte

de financiamento para esse grupo de países, ficando somente atrás do Investimento Direto Externo (IDE).

Uma característica econômica positiva das remessas é que elas tendem a ser menos voláteis do que a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento ou do que os IDEs, embora ainda estejam sujeitas às flutuações cíclicas. De acordo com Ratha (2003), os fluxos de capital, em geral, tendem a aumentar durante ciclos econômicos favoráveis e a diminuir em recessões econômicas. No entanto, as remessas parecem mostrar notável estabilidade ao longo do tempo. Por exemplo, as remessas para alguns países em desenvolvimento continuaram a aumentar em 1998-2001, quando os fluxos de capital privado diminuíram em decorrência da crise financeira asiática. (RATHA, 2003)

As remessas financeiras podem ser utilizadas para financiar pequenos investimentos, atender às necessidades de consumo imediatas e para ampliar o bem-estar e a renda dos familiares que não migraram.

Existem evidências de que a maior parte das remessas é gasta no financiamento do consumo, pagamento de dívidas e construção ou aquisição de casa própria, sendo marginal a fração destinada ao investimento produtivo, excluindo-se saúde e educação. A Comissão Europeia (2002) conclui que as remessas são gastas, primeiramente, na manutenção da família e na amortização de dívidas. Posteriormente, elas são gastas na melhoria da habitação, consumo de bens duradouros e educação. Numa terceira fase, elas são investidas em atividades produtivas e na compra de terras e pequenos negócios.

De acordo com a ONU (2005), existem cinco categorias principais de canais de transferências utilizadas para o envio de remessas através das fronteiras: bancos, operadoras de dinheiro não bancárias, correios, dinheiro transportado através de mercadorias e serviços de transferência informal de dinheiro.

Em relação às motivações que levam à decisão sobre o envio de remessas, a literatura tem se dividido entre aqueles que argumentam que as remessas são motivadas por fatores altruístas, ou seja, o migrante envia remessas com o intuito apenas de ajudar sua família, sem esperar retorno algum desse dinheiro, tais como Lucas e Stark (1985), e aqueles que acreditam que as remessas se comportam como os demais fluxos de capital, ou seja, são movidas pelo desejo do remetente em investir em seu país de origem, tais como El-Sakka e McNabb (1999).

De acordo com Lucas e Stark (1985), a decisão de enviar remessas pode basear-se também em um acordo familiar implícito. Nesse acordo, a família “aloca” certos membros como migrantes e as remessas funcionam como um mecanismo de distribuição de ganhos. Ou seja, a família financia

os custos iniciais do processo de migração e, em troca, o migrante envia remessas como forma de pagamento desse financiamento.

Segundo Chami, Cosimano e Gapen (2006), estabelecer a principal motivação por trás das remessas é importante, na medida em que os motivos altruístas e os de carteira (investimentos) têm diferentes implicações para as relações entre remessas, decisões domésticas e outras variáveis econômicas de interesse dos países beneficiários. Por exemplo, se os fluxos de remessas forem motivados principalmente pela carteira, então seria de se esperar que as remessas, assim como o investimento, serão procíclicas em relação à economia do país de origem do migrante. Ou seja, as remessas só serão enviadas, para serem investidas, quando a economia do país beneficiário estiver em ascensão, por tornar o investimento mais lucrativo. No entanto, se as remessas forem motivadas, principalmente, pelo comportamento altruísta, então estas, assim como as transferências de renda compensatórias, serão anticíclicas em relação à economia do país de origem do migrante, ou seja, o remetente tentaria remeter mais quando as condições econômicas forem piores no país de origem, e remeteria menos durante uma expansão econômica.

Conhecer o perfil econômico e social de quem migra constitui um indicador do perfil de quem recebe, o que ajuda a explicar a distribuição e a utilização das remessas. Entretanto, é importante desmistificar a ideia generalizada de serem os mais pobres e os mais qualificados a emigrar. Segundo Tolentino (2008), os mais pobres não possuem nem meios nem informação para o fazer e, além disso, o mercado de trabalho para migrantes é segmentado. De fato, existe cada vez mais mercado para doutores e mestres, mas também existe um enorme mercado para trabalhadores não qualificados, muito necessários na construção, na agricultura e em alguns serviços.

De acordo com Tolentino (2008), o padrão de distribuição de remessas também varia com a) o perfil migratório das comunidades: nas que possuem fluxos recentes, a tendência é o menos pobre entre os pobres emigrar, e por isso a distribuição não é equalizadora, podendo reforçar as desigualdades já existentes. Se os fluxos forem antigos, a tendência é o mais pobre emigrar, devido à redução dos custos de emigração em função das remessas (neste caso, a distribuição de remessas é considerada equalizadora), e b) a propensão para remeter, pois migrantes com menos qualificação tem propensão para enviar valores relativamente maiores que os mais qualificados.

O Quadro 1 mostra os fatores que podem influenciar no volume de remessas enviadas pelos migrantes aos países de origem, de acordo com Rapoport e Docquier (2005).

As remessas, como fluxos de capital privado, têm efeitos positivos e negativos na economia, e desempenham um papel importante em termos de análise macro e microeconômica.

Os efeitos macroeconômicos traduzem-se na entrada de divisas no país, o que melhora a situação do balanço de pagamentos, e no estímulo ao consumo e ao investimento, o que pode provocar crescimento econômico. Segundo Ratha (2003), se as remessas forem investidas, elas contribuem para o crescimento do produto. Se forem consumidas, elas podem gerar efeitos multiplicadores com impactos positivos, tais como aumento da demanda por produtos e conseqüente aumento da produtividade. No entanto, como aspecto negativo das remessas, pode-se citar o surgimento de pressões inflacionárias originadas pelo consumo de bens correntes. De acordo com Puri e Ritzema (1999), ao agravar o efeito inflacionário, as remessas, se combinadas com déficits no mercado de trabalho, podem gerar salários crescentes e alterações no preço relativo do trabalho.

Quadro 1 – Fatores que influenciam no volume de remessas enviadas

Salário que o migrante recebe no país de destino.	Migrantes com salários maiores são capazes de enviar um maior volume de remessas.
Taxas de câmbio.	Se a taxa de câmbio do país de origem do migrante estiver desvalorizada em relação à do país de destino, o migrante tem um maior incentivo para enviar remessas.
Facilidade de transferência de fundos.	Quanto mais fácil for para o migrante enviar remessas, mais ele enviará.
Estado civil do migrante.	Se ele for casado e a família permanecer no país de origem, maior será a propensão do migrante a enviar remessas.
Número de trabalhadores migrantes dentro da mesma família.	Se a família possuir mais de um membro migrante, então o volume de remessas enviado por cada migrante deve ser menor.
Anos de migração.	O volume de remessas depende do tempo de permanência do migrante no exterior.
Distância.	As remessas serão maiores quanto menor for a distância entre o migrante e sua família, e quanto maior for a intenção de retorno do migrante.
Nível educacional do migrante.	Migrantes com menos qualificação tem propensão para enviar valores relativamente maiores que os mais qualificados.
Situação econômica da família do migrante.	As famílias de baixa renda são as que mais recebem remessas.

Fonte: Rapoport e Docquier (2005).

Outro impacto negativo das remessas é a criação de uma dependência dos receptores acostumados com a disponibilidade desses fundos.

Isso poderia perpetuar a dependência econômica, comprometendo as perspectivas de desenvolvimento.

Chami, Fullenkamp e Jahjah (2003) verificaram que os rendimentos provenientes das remessas podem provocar um problema de risco moral, no qual os membros das famílias beneficiárias de remessas sentem-se desestimulados a trabalhar, reduzindo sua força de trabalho e, conseqüentemente, a oferta de trabalho no país receptor desses fluxos.

O impacto negativo das remessas sobre a conta corrente é chamado de “efeito *boomerang*”, que ocorre quando as remessas induzem ao aumento das importações, o que pode provocar déficit na balança comercial do país receptor. Por outro lado, as remessas têm um impacto mais positivo sobre o balanço de pagamentos do que outros fluxos monetários, tais como ajuda financeira, investimento direto e empréstimos: além de reduzir a escassez de dívidas, as remessas não precisam ser reembolsadas.

O impacto das remessas sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países em desenvolvimento receptores é condicionado pela qualidade das medidas econômicas e políticas das instituições desses países. Isso se dá na medida em que essas instituições exercem influência significativa sobre o volume e a eficácia dos investimentos.

Evidências empíricas significativas indicam que as remessas levam a um crescimento econômico positivo, tanto através do aumento do consumo, como através do aumento da poupança ou do investimento. De acordo com o Banco Mundial (2007), uma pesquisa sobre a Moldávia mostra que o crescimento econômico no país tem sido fortemente impulsionado por um aumento no rendimento nacional bruto desde o final dos anos 1990, um período caracterizado por altos níveis de remessas internacionais.

Segundo Rapoport e Docquier (2005), um aumento no valor total das remessas pode estimular a despesa nacional, mas esse efeito é totalmente compensado por uma apreciação da moeda do país beneficiário, o que pode piorar a situação do balanço de pagamentos, ao tornar os produtos internos menos competitivos no mercado internacional e, dessa forma, diminuir as exportações. Esse efeito das remessas sobre a taxa de câmbio é também chamado atualmente de “doença holandesa”. Segundo Acosta, Lartey e Mandelman (2007), esse termo tem sido usado para se referir a qualquer situação em que um *boom* de recursos naturais, grande ajuda externa ou fluxos de capitais causam uma apreciação real da taxa de câmbio, colocando em risco as perspectivas do setor de bens transacionáveis.

Uma possível razão para um efeito insignificante da doença holandesa é de que a importação adicional de bens de capital mais baratos pode aumentar a produtividade e, portanto, melhorar a competitividade dos produtos nacionais no mercado mundial através da redução dos custos.

Quanto aos efeitos microeconômicos, pelo fato de se dirigirem diretamente à população (ao contrário de outros fluxos de capital privado, como o IDE), as remessas podem ser mais eficazes na resolução de problemas do agregado familiar e da comunidade local em questão.

As remessas também podem mais do que compensar as perdas fiscais sofridas pelos países em desenvolvimento em decorrência da emigração de trabalhadores. Como exemplo, pode-se citar a Índia. A perda fiscal líquida associada à emigração indiana para os EUA foi estimada em 0,58 % do PIB indiano em 2001, porém as remessas somaram, pelo menos, 2,1 % do PIB no mesmo ano. (RATHA, 2003)

As evidências sobre os impactos das remessas na desigualdade de renda podem variar. As remessas aumentam o rendimento das famílias dos migrantes, podendo tirar as pessoas da pobreza. No entanto, as remessas podem aumentar a desigualdade, na medida em que trabalhadores de maior renda são mais propensos a migrar porque são mais capazes de suportar os custos elevados associados à migração, promovendo, dessa forma, um maior direcionamento das remessas para famílias de maior renda.

Em avaliações empíricas, a maioria dos estudos sobre os efeitos das remessas utiliza o índice de Gini. Alguns autores, como Ahlburg (1996) e Taylor e Wyatt (1996) encontraram confirmação para a hipótese de que as remessas tiveram um efeito equalizador na distribuição de renda de Tonga e México. Em contrapartida, outros estudos, como o de Acosta e colaboradores (2008) sobre a América Latina, mostram que as remessas aumentam a desigualdade medida pelo índice de Gini.

Não há uma conclusão decisiva para saber se as remessas provocam a convergência ou a divergência de renda nos países de origem por duas razões: primeiro, há uma diversidade nos ambientes estudados em termos de desigualdade inicial. E, segundo, as disparidades podem ser causadas por diferenças nos métodos empíricos aplicados.

De acordo com Chami, Cosimano e Gapen (2006), a decisão de enviar remessas por canais formais ou informais depende de inúmeros fatores, entre eles: os tipos de restrições impostas pelos países beneficiários sobre os fluxos cambiais, o nível de custos de transação impostos pelos intermediários financeiros, bem como outros tipos de controles de capital. Deficiências no setor financeiro e na administração dos governos impõem custos elevados de transação para os trabalhadores migrantes que as enviam, estimulando o envio de remessas por canais informais.

O custo de transferência de dinheiro varia muito de país para país, e de acordo com o método de transferência, como citado acima. No entanto, os migrantes não estão preocupados apenas com os custos de transferência: eles estão interessados também nos riscos inerentes ao processo de envio

de remessas. Mecanismos de transferência formais são menos arriscados, porém são muito dispendiosos em relação aos mecanismos informais. Isso ocorre porque são enviadas pequenas quantidades de remessas por transação, o que eleva as taxas.

Os países poderiam aumentar os fluxos de remessas através de canais formais, fortalecendo a infraestrutura do setor financeiro e, conseqüentemente, reduzindo os custos de transação: adotando medidas de políticas cambiais favoráveis e facilitando as viagens internacionais. A facilitação da mobilidade internacional do trabalho ainda consiste no meio mais eficaz, e mais discutido, para aumentar os fluxos de remessas e fazer com que esses fluxos interfiram no desenvolvimento econômico dos países beneficiários. (RATHA, 2003)

Segundo Giuliano e Arranz (2006), que analisam a interação entre remessas e desenvolvimento financeiro, o bom funcionamento dos mercados financeiros, reduzindo os custos de realização das operações, pode ajudar no direcionamento das remessas para projetos que ofereçam um retorno maior e, portanto, aumentar as taxas de crescimento do país de origem dos migrantes. Ainda segundo as autoras, as remessas podem tornar-se um substituto para mercados de crédito ineficientes ou até mesmo inexistentes, compensando a falta de garantias aos empresários locais e os altos custos de empréstimos.

Glytsos (2002) considera que, pela ação do governo, os efeitos das remessas podem ser maximizados. Puri e Ritzema (1999) propõem duas opções de política com o intuito de potencializar o efeito das remessas: a implementação de reformas políticas macroeconômicas de estabilização da economia do país e o aumento da eficiência do funcionamento da rede bancária de forma a competir eficazmente com os mecanismos informais do mercado, e assim canalizar os fundos para investimentos produtivos.

Uma maior migração internacional pode gerar benefícios substanciais para a economia mundial. No entanto, os países desenvolvidos continuam cautelosos quanto ao relaxamento das políticas de imigração, na medida em que temem que a imigração aumente a concorrência nos mercados de trabalho locais e represente um encargo fiscal para os contribuintes locais. Os países desenvolvidos também temem que a imigração em grande escala possa corroer valores culturais e ameaçar a segurança nacional. Por outro lado, os países em desenvolvimento temem uma fuga de cérebros, embora as perdas causadas pela emigração de trabalhadores qualificados possam ser compensadas pelas remessas e sua rede de efeitos positivos sobre o comércio e o investimento. (RATHA, 2003)

Metodologia

Nesse artigo são utilizados dados publicados pelo Banco Mundial (2010) e pelo balanço de pagamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A escolha do período 1990-2009 deve-se ao fato de ter sido a partir dos anos 1990 que houve um aumento expressivo dos fluxos de remessas, seja por causa da globalização, que facilitou os movimentos populacionais, ou devido às melhorias nas políticas de relaxamento dos controles cambiais. Os dados utilizados, tanto do Banco Mundial como do FMI, serão anuais.

O *Migration and Remittances Factbook* (BANCO MUNDIAL, 2010) apresenta-se como o conjunto mais completo de dados anuais e fatos sobre as migrações e as remessas que se encontra disponível atualmente. Os dados disponíveis nesse relatório baseiam-se no banco de dados da Divisão de População das Nações Unidas, que é a fonte mais abrangente de informação sobre estoques de migrantes internacionais no período de 1960-2010 para todos os 210 países presentes no *Factbook*, além do banco de dados do balanço de pagamentos do FMI, dos bancos centrais e das agências nacionais de estatísticas.

Os dados anuais do balanço de pagamentos do FMI constituem a série estatística mais representativa da medição de remessas. No entanto, é necessário esclarecer aqui o conceito de remessas utilizado pelo FMI, visando uma melhor compreensão e utilização desses dados.

O FMI define remessas dos migrantes como a soma das remessas dos trabalhadores, a remuneração dos empregados e as transferências dos migrantes. As remessas dos trabalhadores são as transferências privadas dos trabalhadores migrantes, considerados residentes nos países de acolhimento, ou seja, vivem há mais de um ano nesses países, aos beneficiários nos países de origem. Se os migrantes vivem nos países de destino por menos de um ano, toda a sua renda auferida nesses países será classificada como remuneração dos empregados. Por sua vez, as transferências dos migrantes se constituem no patrimônio líquido dos recursos dos migrantes, que são transferidas de um país para outro no momento da migração, por um período de pelo menos um ano. Para se obter uma dimensão completa dos fluxos de remessas, deve-se considerar esses três itens conjuntamente.

Os dados utilizados no presente estudo também apresentam limitações, relacionados aos seguintes fatores: a) existem remessas enviadas por canais informais que, embora possam representar parcela significativa do total de remessas em alguns casos, são de difícil mensuração; b) há países que não apresentam dados sobre as remessas nas estatísticas do balanço de pagamentos do FMI, como nos casos de países em desenvolvimento como Afeganistão e Cuba; c) há relativa heterogeneidade na qualidade da

compilação dos dados de remessas de todos os países, provocando, dessa forma, algumas dificuldades no que tange à comparabilidade dos dados; e d) os fluxos de remessas podem ser subestimados devido à existência da migração irregular.

Panorama das remessas dos migrantes para os países em desenvolvimento no período de 1990 a 2009

As migrações internacionais e, especialmente, as remessas oriundas desse fenômeno, são um dos fatores mais importantes que afetam as relações econômicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no século XXI. As remessas enviadas pelos trabalhadores migrantes têm impacto sobre os padrões de vida das pessoas e sobre os agregados macroeconômicos dos países em desenvolvimento da Ásia, África, América Latina e Oriente Médio. (ADAMS; PAGE, 2003)

Se for levada em conta a quantidade de remessas enviadas por canais informais, elas se tornam a maior fonte de capital externo para muitos países em desenvolvimento. Considerando-se apenas o montante enviado por canais formais, esses fluxos ficam somente atrás do IDE.

Entre 1990 e 2009, a quantidade de remessas recebidas pelos países em desenvolvimento aumentou quase 10 vezes. O aumento desses fluxos está relacionado com o aumento significativo do número de migrantes, que ocorreu, principalmente, devido às transformações geradas pela globalização. Essas transformações facilitaram a movimentação de pessoas graças às melhorias nos transportes e nas comunicações, e na integração cada vez maior da economia mundial.

Segundo o *Migration and Remittances Factbook* (BANCO MUNDIAL, 2010), cerca de 42,8% dos migrantes oriundos dos países em desenvolvimento migram para os países de alta renda membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e 43,1% migram para outros países em desenvolvimento. Atualmente, embora os Estados Unidos continuem a ser a maior fonte de remessas para esse grupo de países, os migrantes têm se direcionado mais para os países europeus da OCDE. Isso pode ser explicado, em parte, pela desvalorização do dólar em relação ao euro, pelo enfraquecimento do mercado de trabalho nos Estados Unidos, em decorrência da crise financeira de 2008, e pelo controle mais rigoroso das fronteiras dos Estados Unidos. (BANCO MUNDIAL, 2007)

O padrão regional dos fluxos de remessas vem mudando desde 1990, como pode ser observado no Gráfico 1, que mostra as entradas de remessas nos países em desenvolvimento de 1990 a 2009. Em 1990, os

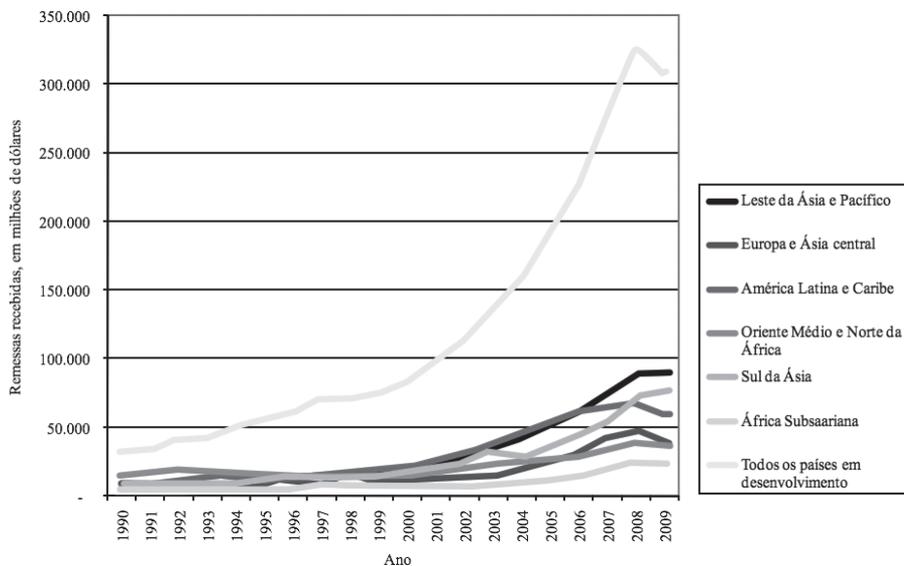
maiores receptores de remessas eram o Oriente Médio e o Norte da África. Em decorrência de conflitos internos, instabilidade política e forte declínio dos preços do petróleo, essas regiões eram as maiores exportadoras de migrantes na época e, portanto, as maiores beneficiárias de remessas.

Em 2009, o leste da Ásia e o Pacífico foram as regiões que mais receberam remessas, sendo seguidas pelo sul da Ásia que, desde 2005, vem apresentando forte crescimento nos fluxos de remessas recebidas. Esse aumento na quantidade de remessas recebidas foi puxado, principalmente, pelas Filipinas, no leste da Ásia e Pacífico, e por Bangladesh, Paquistão e Índia, no sul da Ásia. Isso porque esses países enviaram um número relativamente grande de migrantes para países membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Esses países experimentaram, em 2007, um *boom* econômico devido aos elevados preços das *commodities*, o que resultou em uma demanda crescente por mão de obra migrante e em um aumento na renda recebida por esses trabalhadores.

Entre 1995 e 2006, com exceção dos anos de 1997 e 2005, a região da América Latina e Caribe foi a que mais recebeu remessas, como pode ser observado na Tabela 1, que mostra a quantidade de remessas recebidas por cada região do mundo em desenvolvimento, de 1995 a 2006. Em 2009, ela ficou em terceiro lugar com um total recebido de US\$ 56,9 bilhões de dólares, ficando atrás do Leste da Ásia e Pacífico com US\$ 85,7 bilhões de dólares, e do Sul da Ásia com US\$ 74,8 bilhões de dólares.

Os fluxos de remessas para América Latina e Caribe diminuíram em 2009 em decorrência de um enfraquecimento da economia dos Estados Unidos e de um aumento do controle da entrada de migrantes no mesmo país. De acordo com dados do Banco Mundial, o PIB americano caiu 2,4% em 2009 em decorrência da crise de 2008. Segundo o departamento de segurança interna dos EUA, a crise econômica deixou o país menos atraente para os imigrantes. Os imigrantes perderam suas casas por não terem condições de continuar pagando as hipotecas de juros ajustáveis, cujas mensalidades aumentaram de forma significativa. Devido à queda significativa do valor dos imóveis, muitos se viram em uma situação na qual a dívida da hipoteca era maior do que o valor do imóvel do qual eram donos. Em face desse problema, muitos imigrantes se viram obrigados a voltar para seus países de origem.

Gráfico 1 – Remessas recebidas por região, de 1990 a 2009, em milhões de dólares



Fonte: Banco Mundial (2010).

Tabela 1 – Remessas recebidas pelos países em desenvolvimento de 1995 a 2006, em milhões de dólares e como porcentagem do total recebido por todos os países em desenvolvimento no período

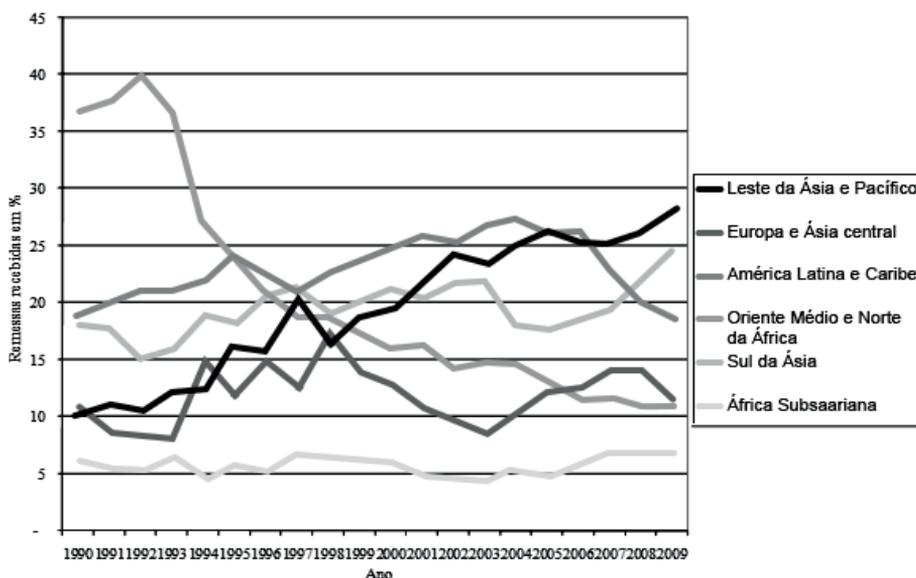
Regiões	1995-2006	%
Leste da Ásia e Pacífico	301.406	23
Europa e Ásia Central	156.789	12
América Latina e Caribe	336.981	25
Oriente Médio e Norte da África	204.240	15
Sul da Ásia	261.316	20
África Subsaariana	69.993	5
Todos os países em desenvolvimento	1.330.725	100

Fonte: Banco Mundial (2010).

De acordo com informações da American Community Survey de 2008 (ACS, 2009), entre 2007 e 2008, houve uma redução de 100 mil imigrantes nos Estados Unidos. Ainda segundo a fonte, em crises anteriores, a imigração não havia sido afetada. Segundo a instituição, o enfraquecimento do mercado de trabalho e o conseqüente aumento do desemprego no país foram alguns dos fatores responsáveis pela redução na quantidade de migrantes, principalmente os mexicanos e canadenses.

A África Subsaariana foi a região que menos recebeu remessas desde 1990. Em 2009, o total de remessas enviado para essa região representou apenas 6,7% do total de remessas enviado para os países em desenvolvimento, como pode ser observado no Gráfico 2, que mostra o total de remessas recebido por região anualmente como porcentagem do total de remessas recebido por todos os países em desenvolvimento. Isso pode ser explicado pelo fato de ser nessa região que se localizam os países mais pobres e com menores taxas de crescimento. Este fato pode implicar que a maioria dos indivíduos dessa região não possui capital necessário para cobrir os custos inerentes ao processo migratório, o que faz com que uma pequena parcela da população consiga efetivamente emigrar. Além disso, de acordo com o *Migration and Remittances Factbook* (BANCO MUNDIAL, 2010), 63% dos movimentos migratórios que ocorrem na região se dão a nível intrarregional.

Gráfico 2 – Participação relativa anual do total de remessas recebido por cada região em relação ao total recebido por todos os países em desenvolvimento



Fonte: Banco Mundial (2010).

O volume de remessas para os países em desenvolvimento duplicou entre 2001 e 2006, como pode ser observado na Tabela 2, como resultado de três fatores: 1) diminuição dos custos para enviar remessas e expansão das redes responsáveis pelo envio desses fluxos, 2) depreciação do dólar americano em relação às moedas locais dos países beneficiários, o que diminuiu o poder de compra das famílias receptoras e fez com que os

migrantes enviassem quantidades maiores de remessas para os países de origem para compensar a diferença no câmbio, e 3) o crescimento do estoque de migrantes e seus rendimentos.

A crise asiática ocorrida em 1997 provocou uma desaceleração na taxa de crescimento das remessas para os países em desenvolvimento em 1998, como pode ser observado na Tabela 3, que mostra as variações percentuais no volume de remessas recebido pelos países em desenvolvimento entre 1997 e 1998. As regiões mais afetadas pela crise foram o leste da Ásia e Pacífico, que sofreu um decréscimo de quase 15% no volume de remessas recebidas, e o sul da Ásia, que sofreu uma diminuição de 8,3%.

Tabela 2 – Total de remessas recebidas pelos países em desenvolvimento, de 2001 a 2006, em milhões de dólares

Regiões	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Leste da Ásia e Pacífico	20.998	27.018	32.279	40.013	50.300	57.440
Europa e Ásia Central	10.302	10.715	11.597	15.998	23.262	28.397
América Latina e Caribe	24.446	28.160	36.768	43.351	50.144	59.223
Oriente Médio e Norte da África	15.323	15.936	20.461	23.217	25.078	26.458
Sul da Ásia	19.172	24.137	30.366	28.694	33.924	42.523
África Subsaariana	4.655	5.052	5.964	8.023	9.418	12.669
Todos os países em desenvolvimento	94.896	111.018	137.435	159.296	192.126	226.709

Fonte: Banco Mundial (2010).

Tabela 3 – Variações percentuais no volume de remessas recebido entre 1997 e 1998

Regiões	1997	1998	Varição (%)
Leste da Ásia e Pacífico	13.608	11.576	-14,9
Europa e Ásia Central	8.482	12.052	42,0
América Latina e Caribe	14.242	15.942	11,9
Oriente Médio e Norte da África	12.820	13.203	3,0
Sul da Ásia	14.559	13.351	-8,3
África Subsaariana	4.408	4.311	-2,0
Todos os países em desenvolvimento	69.120	70.466	3,0

Fonte: Banco Mundial (2010).

A crise econômica de 2008, que ocorreu nos Estados Unidos, também interferiu nos fluxos de remessas para os países em desenvolvimento, como pode ser observado na Tabela 4. Os fluxos totais de remessas para esse grupo de países sofreram queda de mais de 5% em 2009. Com exceção do

Leste da Ásia e Pacífico e do Sul da Ásia, o volume de remessas recebidas caiu em todas as outras quatro regiões do mundo em desenvolvimento. Os fluxos para o Sul da Ásia e para o Leste da Ásia e Pacífico continuaram a crescer após a crise porque essas regiões são relativamente menos dependentes das remessas dos Estados Unidos, na medida em que a maioria dos seus migrantes tem como principal destino os países europeus.

Tabela 4 – Variações percentuais no volume de remessas recebido entre 2008 e 2009

Regiões	2008	2009	Vaiiação(%)
Leste da Ásia e Pacífico	85.466	85.685	0,3
Europa e Ásia Central	45.825	35.421	-22,7
América Latina e Caribe	64.647	56.897	-12,0
Oriente Médio e Norte da África	35.937	33.660	-6,3
Sul da Ásia	71.598	74.850	4,6
África Subsaariana	21.359	20.575	-3,7
Todos os países em desenvolvimento	324.832	307.088	-5,5

Fonte: Banco Mundial (2010).

Analisando os dados das tabelas 3 e 4, podemos chegar à conclusão de que a crise americana teve um impacto maior sobre os fluxos de remessas dos migrantes para os países em desenvolvimento do que a crise asiática. Isso pode ser explicado, em parte, pela maior importância da economia americana ao nível mundial e, conseqüentemente, pelo seu maior poder de influência sobre as demais regiões do mundo.

Apesar de os fluxos de remessas terem sofrido alterações devido às crises econômicas mencionadas anteriormente, as remessas confirmaram a relativa estabilidade desses fluxos em relação aos demais fluxos de capital privado e de comércio.

Em relação à classificação por renda, os países em desenvolvimento que mais recebem remessas são aqueles classificados como países de média renda⁴, como pode ser constatado na Tabela 5. O fato de os países em desenvolvimento de média renda receberem mais remessas que os países de baixa renda, pode ser explicado, em parte, pela diferença na quantidade de emigrantes em cada um desses grupos. De acordo com o *Migration and Remittances Factbook* (BANCO MUNDIAL, 2010), em 2009 a quantidade de emigrantes nos países em desenvolvimento de média renda foi de 133,8 milhões, contra 27,7 milhões nos países de baixa renda.

4 Países que estão dentro da faixa de renda média estabelecida pelos Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial. Os países inseridos nesse grupo possuem renda *per capita* entre US\$ 1.006 e US\$ 12.275. (BANCO MUNDIAL, 2007)

Uma das explicações para essa notável diferença no número de emigrantes reside no fato de que os indivíduos oriundos dos países em desenvolvimento de baixa renda geralmente não têm condições financeiras suficientes para cobrir os custos inerentes a um processo migratório.

De acordo com a tabela 6,93% das remessas enviadas para os países em desenvolvimento em 2009 foram para os países de média renda, e 7%, para os países de baixa renda. Além da dificuldade para emigrar dos indivíduos oriundos dos países de baixa renda, um outro aspecto pode explicar essa diferença no volume de remessas recebidas por cada grupo de países. Os indivíduos provenientes dos países de baixa renda, quando conseguem emigrar, enviam para casa uma quantidade menor de remessas que os migrantes dos países de média renda. Isso ocorre em função do baixo nível de escolaridade e da consequente dificuldade para encontrar empregos bem remunerados nos países de destino.

Tabela 5 – Remessas recebidas pelos países em desenvolvimento de média e baixa renda, entre 1990 e 2009 (em milhões de dólares)

Países	1990-1994	1995-1999	2000-2004	2005-2009
Todos os países em desenvolvimento	196.038	327.994	538.896	1.329.210
Países de baixa renda	8.197	13.969	29.854	84.091
Países de média renda	187.841	314.841	554.042	1.245.119

Fonte: Banco Mundial (2010).

Vale lembrar que a proporção de remessas enviadas em relação à renda que o migrante auferir no país de destino é maior para os migrantes mais pobres e menos alfabetizados. (PURI; RITZEMA, 1999) No entanto, como eles geralmente ganham menos, a quantidade enviada é menor do que o volume de remessas enviado pelos migrantes mais qualificados.

Outro indicador que pode influenciar no volume de remessas é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os países de baixo IDH são os que menos recebem remessas de nativos vivendo no exterior. De acordo com *Human Development Report* (ONU, 2009), apenas 0,78% do volume total de US\$ 307 bilhões enviados por imigrantes foram para esses países. Nações de médio IDH ficaram com 51% das remessas e as de IDH alto e muito alto, com 48%.

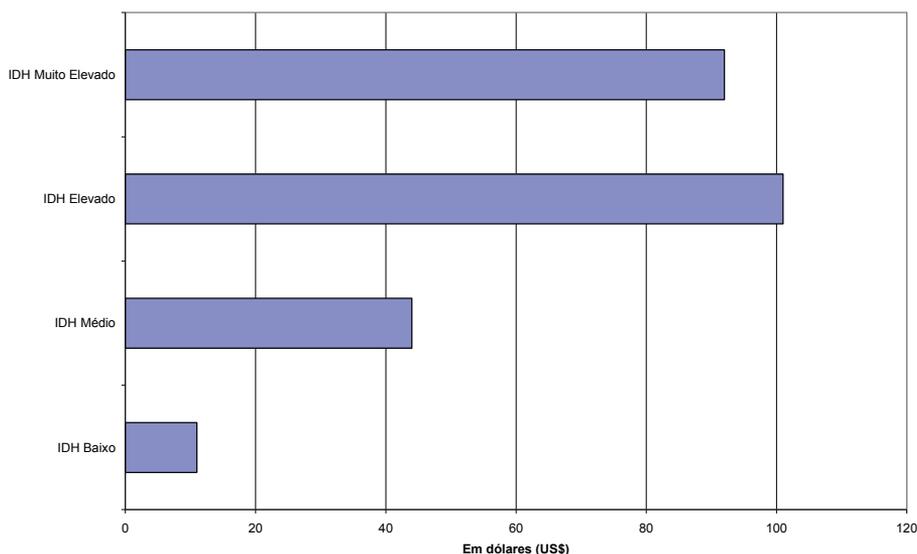
Tabela 6 – Remessas recebidas pelos países em desenvolvimento de média e baixa renda no ano de 2009, em valor total e como porcentagem do total de remessas recebidas por todos os países em desenvolvimento

Países	2009	(%)
Todos os países em desenvolvimento	307.088	100
Países de baixa renda	22.492	7
Países de média renda	284.596	93

Fonte: Banco Mundial (2010).

Ainda segundo o ONU (2009), os países de baixo desenvolvimento humano receberam apenas US\$ 2,5 bilhões de remessas em 2007. Dividido pela população total desses países, o valor equivale a um incremento de apenas US\$ 11 *per capita*. Nos países de IDH muito elevado (acima de 0,900), as remessas atingiram US\$ 86 bilhões, o que corresponde a US\$ 92 por habitante. Esses dados podem ser verificados no Gráfico 3, que mostra as remessas *per capita* para cada categoria de IDH.

Gráfico 3 – Remessas *per capita*, por categoria de IDH, no ano de 2007, em dólares



Fonte: ONU (2009).

O fato de países de baixo IDH receberem menos remessas que os países de médio IDH também pode estar relacionado com o fato de a maioria dos indivíduos oriundos de países de IDH baixo não terem condições financeiras para arcar com os custos inerentes à migração, além de, geralmente, serem menos qualificados e, portanto, encontrarem maiores dificuldades para se inserirem nos mercados de trabalho dos países de destino.

A Tabela 7 mostra a quantidade de remessas recebidas como percentual do PIB e em bilhões de dólares, pelos países que mais receberam remessas em 2009. Pode-se perceber que a Índia, a China e o México, que foram os países que mais receberam remessas em 2009, não são os que mais receberam esses fluxos como porcentagem do PIB. O Tajiquistão foi o país que mais recebeu remessas como porcentagem do PIB em 2009, com 35,1%, sendo seguido por Tonga, com 27,7%, e por Lesoto, com 24,8%.

Isso revela que, para países como Tajiquistão, Tonga e Lesoto, as remessas podem se constituir em um incremento mais importante para a economia local do que para países como Índia, China e México. Por possuírem populações expressivamente maiores, estes últimos enviam uma quantidade maior de migrantes do que os primeiros, o que implica que eles recebem uma quantidade maior de remessas. Porém, esse volume de remessas representa uma pequena parcela do PIB de cada um desses países. O contrário ocorre com o Tajiquistão, Tonga e Lesoto: os fluxos de remessas representam uma parcela significativa do PIB, o que demonstra a importância desses fluxos para as famílias dos migrantes que permaneceram nesses países.

Tabela 7 – Países que mais receberam em remessas em 2009, em bilhões de dólares e como percentual do PIB

Top 10 países	US\$ Bilhões	Top 10 países	% do PIB
Índia	49.256	Tajiquistão	35,1
China	48.729	Tonga	27,7
México	22.153	Lesoto	24,8
Filipinas	19.776	Moldova	23,1
Bangladesh	10.523	Nepal	22,9
Nigéria	9.585	Libano	22,4
Paquistão	8.720	Samoa	22,3
Libano	7.558	Honduras	19,3
Egito	7.150	Guiana	17,3
Vietnã	6.626	El Salvador	15,7

Fonte: Banco Mundial (2010).

Relação entre remessas e emigrantes

Essa seção tem como objetivo verificar se há alguma relação direta entre o número de emigrantes e o volume de remessas recebido por cada

país. A pergunta que se pretende responder é se os países que mais enviam migrantes são também os que mais recebem remessas.

De acordo com as informações do Quadro 2 – que mostra os países em desenvolvimento que mais enviaram migrantes e os que mais receberam remessas nos anos 1990, 2000 e 2009 – não há uma relação direta entre o número de emigrantes e a quantidade de remessas recebidas por cada país. Em 1990, o país com o maior número de emigrantes foi a Rússia. No entanto, a análise desse país será desconsiderada nesse estudo, porque nesse caso o número elevado de emigrantes deve-se ao desmembramento da União Soviética, ou seja, a maioria das pessoas permaneceu no mesmo lugar de origem, o que mudou foi a divisão territorial, o que fez com que elas mudassem de país sem se deslocarem territorialmente.

Quadro 2 – Países em desenvolvimento que mais enviaram migrantes e os que mais receberam remessas nos anos de 1990, 2000 e 2009.

1990		2000		2009	
Top 10 Emigrantes	Top 10 Remessas	Top 10 Emigrantes	Top 10 Remessas	Top 10 Emigrantes	Top 10 Remessas
Rússia	Egito	Rússia	México	México	Índia
Índia	Turquia	México	Filipinas	Índia	China
Ucrânia	México	Índia	China	Rússia	México
Bangladesh	Índia	Ucrânia	Turquia	China	Filipinas
México	Marrocos	China	Egito	Ucrânia	Bangladesh
China	Paquistão	Bangladesh	Marrocos	Bangladesh	Nigéria
Paquistão	Filipinas	Paquistão	Bangladesh	Paquistão	Paquistão
Turquia	Tailândia	Filipinas	Jordânia	Filipinas	Libano
Filipinas	Bangladesh	Turquia	Rep. Dominicana	Turquia	Egito
Egito	Brasil	Egito	El Salvador	Egito	Vietnã

Fonte: Banco Mundial (2010).

A Ucrânia, que em 1990 era o terceiro país com o maior número de emigrantes, nem sequer estava entre os 10 países que mais recebiam remessas. O México, por sua vez, que era o quinto país que mais enviava migrantes, ocupava o terceiro lugar em termos de recebimento de remessas. O Marrocos não se encontrava entre os países com o maior número de emigrantes, mas estava em quinto lugar entre os que mais recebiam remessas.

Em 2000, Ucrânia e o Paquistão estavam entre os países com o maior número de emigrantes, porém não se encontravam entre os 10 países com o maior volume de remessas recebido. As Filipinas eram o oitavo país que

mais enviava migrantes e em termos de recebimento de remessas ocupava o segundo lugar. A República Dominicana não estava entre os países com o maior número de emigrantes, mas encontrava-se entre aqueles que mais recebiam remessas.

Em 2009, Rússia, Ucrânia e Turquia estavam entre os países em desenvolvimento com o maior número de emigrantes, no entanto não se encontravam entre os maiores receptores de remessas. O contrário ocorria com a Nigéria, o Líbano e o Vietnã: estavam entre os países que mais recebiam remessas, porém não se encontravam entre os que mais enviavam migrantes.

A Tabela 8 mostra a taxa de crescimento dos emigrantes e a taxa de crescimento das remessas entre 1990 e 2000 para alguns países em desenvolvimento. Ao analisar a tabela pode-se perceber que a taxa de crescimento das remessas não é proporcional à taxa de crescimento dos emigrantes para nenhum dos países. Em alguns países, como Bangladesh e Egito, a taxa de crescimento dos emigrantes apresentou sinal oposto ao da taxa de crescimento das remessas.

De acordo com as análises feitas podemos inferir que o volume de remessas recebido por cada país não está diretamente relacionado com a quantidade de migrantes enviados. O fato de um país apresentar um número expressivo de emigrantes não significa que ele receberá uma quantidade proporcional de remessas. Isso ocorre porque a quantidade de remessas recebidas depende das características individuais de cada migrante, como salário que o migrante ganha no país de destino, estado civil, nível educacional, intenção de retorno, situação econômica da família do migrante e número de trabalhadores migrantes dentro da mesma família. Os fatores mencionados podem ser responsáveis por essa ausência de relação direta entre número de emigrantes e volume de remessas recebido.

Tabela 8 – Taxa de crescimento do número de emigrantes e taxa de crescimento das remessas entre 1990 e 2000

Países	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI)
China	4,44	5,71	29,0	175	5.237	2900
Bangladesh	5,07	4,99	-1,6	779	1.968	200
Egito	1,91	2,27	19,0	4.284	2.852	-33
Índia	8,18	9,52	16,0	2.384	12.883	440
México	4,74	9,55	101,3	3.098	7.525	140
Paquistão	3,48	3,81	-9,5	2.006	1.075	-46
Filipinas	2,05	3,08	50,5	1.465	6.961	380

Turquia	2,51	3,00	19,7	3.246	4.560	40
----------------	------	------	------	-------	-------	----

Fonte: Banco Mundial (2010)

Legenda: (I) Total de emigrantes em 1990 (em milhões); (II) Total de emigrantes em 2000 (em milhões); (III) Taxa de crescimento do número de emigrantes (em %); (IV) Remessas recebidas em 1990 (em milhões de dólares); (V) Remessas recebidas em 2000 (em milhões de dólares); (VI) Taxa de crescimento das remessas (em %)

Assim, se um país possui uma taxa de emigração muito alta, mas a maior parte de seus emigrantes possui nível educacional baixo, fazendo com que os salários que eles ganham no exterior sejam menores, a quantidade de remessas recebidas por esse país será inferior a de um país no qual a maioria dos emigrantes possui um nível de qualificação mais alto.

Um outro exemplo seria se a maioria dos emigrantes de um país migrasse com toda família e sem intenção de retorno. A quantidade de remessas enviada por migrantes com esse perfil seria mínima ou nula.

Existem outros fatores além das características individuais de cada migrante capazes de alterar essa relação entre migrantes enviados e remessas recebidas. São eles: a taxa de câmbio entre o país de origem e o de destino do migrante, a distância entre esses países e a facilidade na transferência de fundos.

Assim, mesmo que um país envie uma quantidade maior de migrantes, se esses migrantes se deslocarem para países onde a taxa de câmbio está desvalorizada em relação à taxa de câmbio do país de origem do indivíduo, e se a distância entre esses países for grande, o volume de remessas enviado por cada migrante será menor. Isso fará com que a quantidade total de remessas recebidas pelo país também seja menor.

Um fator que dificulta o estabelecimento de uma relação entre o número de emigrantes e a quantidade de remessas recebidas por cada país é a existência das transferências informais de dinheiro, na medida em que elas subestimam o valor das remessas recebidas pelos países.

Considerações finais

O presente trabalho se propôs a analisar as tendências dos fluxos de remessas de migrantes para os países em desenvolvimento entre 1990 e 2009. Constatou-se que houve um aumento de quase 10 vezes no volume de remessas recebido por esse grupo de países no período estudado. Em parte, esse aumento ocorreu devido à globalização e ao consequente aumento do número de migrantes.

Atualmente, os migrantes oriundos dos países em desenvolvimento têm se direcionado mais para os países membros da OCDE do que para os Estados Unidos, apesar do último continuar sendo a maior fonte de remessas para esse grupo de países. Três fatores podem explicar esse fato: a desvalorização do dólar em relação ao euro, o enfraquecimento do mercado de trabalho dos EUA e o controle mais rigoroso das fronteiras dos EUA, principalmente após o ataque terrorista de 2001.

Houve uma mudança no padrão de distribuição das remessas entre os países em desenvolvimento durante o período estudado. Em 1990, os maiores receptores de remessas eram o Oriente Médio e o Norte da África. Em 2009, esse cenário mudou, sendo os maiores receptores de remessas o Leste da Ásia e Pacífico e Sul da Ásia.

Observou-se também que a crise asiática de 1997 e a crise americana de 2008 tiveram impacto na taxa de crescimento das remessas nos países em desenvolvimento, porém de diferentes magnitudes. Por ser uma economia maior, mais forte e mais influente do que a economia da Ásia, a crise dos EUA teve um impacto maior sobre os fluxos de remessas para os países em desenvolvimento do que a crise asiática.

A crise asiática afetou as taxas de crescimento das remessas no Leste da Ásia e Pacífico, Sul da Ásia e África Subsaariana, que sofreram um decréscimo de, respectivamente, 14,9%, 8,29% e 2%. Por sua vez, a crise econômica ocorrida nos EUA em 2008 afetou as taxas de crescimento desses fluxos na Europa e Ásia Central, na América Latina e Caribe, no Oriente Médio e Norte da África e na África Subsaariana, que diminuíram 22,7%, 12%, 6,3%, e 3,68%, respectivamente.

Durante todo o período analisado os países em desenvolvimento que mais receberam remessas foram os países de média renda. Isso pode ser explicado, em parte, pela diferença no número de emigrantes entre países de média e baixa renda. Essa diferença no número de emigrantes reside no fato de que os indivíduos oriundos dos países em desenvolvimento de baixa renda não têm dinheiro suficiente para cobrir os custos inerentes a um processo migratório. Além disso, os indivíduos provenientes dos países de baixa renda, quando conseguem emigrar, enviam para casa uma quantidade menor de remessas que os migrantes dos países de média renda. Isso deve ocorrer em função do baixo nível de escolaridade e da consequente dificuldade para encontrar empregos bem remunerados nos países de destino.

Os países de baixo IDH são os que menos recebem remessas. Em 2009, as remessas para esse grupo de países representaram apenas 0,78% do total de remessas recebidas pelos países em desenvolvimento. As nações de médio IDH receberam 51% das remessas, e as de alto IDH, com 48%.

Verificou-se também que os países que mais receberam remessas em 2009, não foram os que mais receberam remessas como porcentagem do PIB no mesmo ano. Portanto, nos países que mais receberam esses fluxos como porcentagem de seu PIB, como Tajiquistão, Tonga e Lesoto, a economia local é mais dependente das remessas, o que demonstra a importância destas para esse grupo de países.

Na tentativa de descobrir se há alguma relação direta e proporcional entre número de emigrantes e remessas recebidas por cada país, descobriu-se que os países que mais enviaram migrantes em 1990, 2000 e 2009 não foram os países que mais receberam remessas nesses anos. Constatou-se também que a taxa de crescimento das remessas não é proporcional à taxa de crescimento dos emigrantes para nenhum dos países estudados. Em alguns países, como Bangladesh e Egito, a taxa de crescimento dos emigrantes apresentou sinal oposto ao da taxa de crescimento das remessas.

A ausência de uma relação direta e proporcional entre remessas recebidas e número de emigrantes pode ser explicada pelo fato de a quantidade de remessas enviadas depender das características individuais de cada migrante. Além disso, a taxa de câmbio entre os países de origem e destino e a distância entre eles são outros fatores que podem afetar o volume de remessas e contribuir para a falta de uma relação direta entre esses fluxos e o número de emigrantes de cada país.

Uma sugestão para trabalhos futuros seria a utilização de modelos econométricos para avaliar a dimensão da relação entre variáveis macroeconômicas – como PIB, taxa de câmbio, taxa de inflação, taxa de pobreza, taxa de consumo da população, balanço da conta corrente e taxa de desemprego – e o volume de remessas recebidas por cada país. Além disso, poderia ser feita uma análise mais detida sobre como o nível educacional dos migrantes pode interferir no volume de remessas enviado por eles, e uma avaliação de como os métodos de transferência desses fluxos e as políticas de migração de cada país podem influenciar na dimensão dos mesmos.

Referências

ACOSTA, P.; LARTEY, E.; MANDELMAN, F. *Remittances and the Dutch disease*. Atlanta: Federal Reserve Bank of Atlanta, 2007. 38p. (Texto para discussão, 2007-8).

ACOSTA, P. et al. What is the impact of international remittances on poverty and inequality in Latin America? *World Development*, Washington DC, v. 36, n. 1, p. 89-114, Jan. 2008.

ADAMS, R.; PAGE, J. *International migration, remittances and poverty in developing countries*. Washington, DC: Banco Mundial, 2003. 38p. (Texto para discussão, 3179).

AHLBURG, D. A. Remittances and the income distribution in Tonga. *Population Research and Policy Review*, Holanda, v. 15, n. 4, p. 391-400, Ago. 1996.

AMERICAN COMMUNITY SURVEY – ACS. *Informações sobre imigração nos Estados Unidos*. Disponível em: <<http://www.census.gov/acs/www/>>. Acesso em: 16 maio 2009.

BANCO MUNDIAL. *Migration and development brief 3: development prospects group, migration and remittances team*. Washington, DC: The World Bank, 2007.

BANCO MUNDIAL. *Migration and remittances factbook 2011*. Washington, DC: the World Bank, 2010.

BEINE, M.; DOCQUIER, F.; RAPOPORT, H. *Brain drain and LDC's growth: winners and losers*. Alemanha: IZA, 2003. 44p. (Texto para discussão, 819).

BORJAS, G. The Economic Benefits from Immigration. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 2. p. 3-22, 1994.

CASTLES, S. International migration at the beginning of the twenty- first century: global trends and issues. *International Social Sciences Journal*, Oxford, v. 52, n. 165, p. 269-281, Set. 2000.

CASTLES, S.; MILLER, M. *The age of migration: international population movements in the modern world*. 3 ed. London: Guildford, 2003.

CHAMI, R.; COSIMANO, T.; GAPEN, M. *Beware of emigrants bearing gifts: optimal fiscal and monetary policy in the presence of remittances*. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, 2006. 51p. (Texto para discussão 06/61).

CHAMI, R.; FULLENKAMP, C.; S. JASHJAH. *Are immigrant remittance flows a source of capital for development?* Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, 2003. 48p. (Texto para discussão, 03/189).

CHISWICK, B. *Are immigrants favorably self-selected?: An economy analysis*. Alemanha: IZA, 2000. 33p. (Texto para discussão, 131).

COMISSÃO EUROPÉIA. *Comunicação da comissão ao conselho e ao parlamento europeu: integrar as questões ligadas à migração nas relações da União Europeia com países terceiros*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2002.

EL-SAKKA, M. I. T.; McNABB, R. The Macroeconomic Determinants of Emigrant Remittances. *World Development*, v. 27, p. 1493-502, 1999.

FIGUEIREDO, Joana Miranda. *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento: realidades compatíveis no contexto europeu?* Tese (Mestrado em desenvolvimento e cooperação internacional) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2005.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI. *Balance of payments statistics yearbook*, Washington, DC , v. 55, n. 1, 2004.

GIULIANO, P.; ARRANZ, M. R. *Remittances, financial development and growth*. Alemanha: IZA, 2006. 39p. (Texto para discussão, 2160).

GLYTSOS, N. The role of migrant remittances in development: evidence from Mediterranean countries. *International Migration Quarterly Review*, Geneva, v. 40, n. 1, p. 5-25, Mar. 2002.

LISBOA, S.S. Os fatores determinantes dos novos movimentos migratórios. *Revista Ponto de Vista*, Viçosa, v. 5, n. 1, p. 81-96, 2008.

LUCAS, R.; STARK, O. Motivations to Remit: Evidence from Botswana. *Journal of Political Economy*, v. 93, p. 901-911, 1985.

MASSEY, D. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, Nova York, v. 19, n. 3, p. 431-466, Set. 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Measuring migrant remittances: from the perspective of the European commission*. Paris: ONU, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Human development report - overcoming barriers: human mobility and development*. Nova York: ONU, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. *Towards a fair deal for migrant workers in the global economy*. Geneva: OIT, 2004.

PIORE, M. *Birds of passage: migrant labor and industrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

PURI, S.; RITZEMA, T. *Migrant worker remittances, micro-finance and the informal economy: prospects and issues*. Geneva: Enterprise and Cooperative Development Department – Social Financial Unit, 1999. 41p. (Texto para discussão, 21).

RAPOPORT, H.; DOCQUIER, F. *The economics of migrants remittances*. Alemanha: IZA, 2005. 82 p. (Working paper, 1531).

RATHA, Dilip. *Worker's remittances: an important and stable source of external development finance*. Londres: Global Development Finance, 2003.

RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, v. 52, p. 241-305, 1889.

SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. *The Journal of Political Economy*, Chicago, v. 70, n. 5, p. 80-93, 1962.

TAYLOR, J.; WYATT, T. The shadow value of migrant remittances, income and inequality in a household-farm economy. *Journal of Development Studies*, v. 32, n. 6, p. 899-912, Ago. 1996.

TOLENTINO, N. *Remessas e (potencial) desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2008. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/estudantes/Nancy%20Tolentino_Remessas%20e%20desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 16 maio 2011.

